



2014, para voltar às ruas

Seis meses após as grandes manifestações que tomaram as ruas do Brasil, movimentos feministas e de mulheres debatem os próximos passos. Trazemos também uma cartilha especial que debate o enfrentamento à violência contra a mulher e a precariedade do trabalho doméstico no Brasil.

Virada total!

Por Guacira César de Oliveira*

Que venha 2014 e, tomara, seja muito melhor! Nós aqui no CFEMEA chegamos ao final do ano dispostas a ousar! Mexidas, removidas, alavancadas e acima de tudo, animadas pela surpreendente explosão da indignação cidadã em 2013 (capa desta edição), vamos chegar ao ano novo mais atrevidas, dispostas a incorrer em riscos para renovar nossas energias, nossos movimentos, nós mesmas – ativistas, artistas, feministas, libertárias.

Com você, que é noss@ leitor@, queremos compartilhar nossa decisão de dar lugar a encontros inéditos, imprevistos e a aproximações desejadas entre um@s e outr@s, de modo a nos termos a todas – um “todas” abrangente, múltiplo, incluyente, nômade, potencialmente capaz de transformar, criar, libertar.

O que ficou amontoado, está sendo dispensado, porque 2014 precisa de espaço novo.

Estamos dispostas a encontros inesperados, a alegrias surpreendentes, a escolhas diversas. Estamos curiosas, vamos por buscas várias, como feministas indiscretas, antirracistas assumidas, muito explícitas em reivindicar a vida, o prazer, a liberdade, a justiça para todas e cada uma das mulheres.

Seguiremos afirmando “nós mulheres”, desvendando as desigualdades, a exploração e sacudindo a indiferença que ainda pesa em tantos corações e mentes frente à violência, o racismo, o etnocentrismo e tantas formas de dominação.

Vamos tratar do que realmente importa, de construir e efetivar o direito igual de tod@s enfrentando as realidades tão desiguais que nos separam, nos isolam, nos dividem, nos oprimem!

É hora de ocupar a rua, de reaprender a estar na rua e a disputar a rua – é sobre o que nos fala Jurema Werneck em seu artigo nesta edição. É hora de fortalecer a luta feminista, fazendo ecoar nossos cantos em outras vozes, enfrentando as violências cotidianas, as arbitrariedades institucionais, acompanhando as Tambores de Safo no texto de Alessandra Guerra.

É o momento de repensar a política a partir do público, de recuperar seu sentido e a legitimidade de seu exercício, coletivo e diverso, conforme nos sugere Carmen Silva. Aprender e construir a pedagogia das ruas, nos fala Maria Paiva Lins.

A hora é agora. Esperamos que essa edição do Jornal Fêmea recupere os sentidos e a pulsação que as jornadas de junho deixaram, para que possamos reaquecer os tambores e entrar nesse 2014 ecoando e retornando mudança. Esperamos que seja uma leitura inspiradora!

E para não dizer que não falamos de amor no alvorecer no novo ano, fala a linda poesia de Civone Medeiros: *Amái-Ame-Amem*

*Amemo-nos
Um@s aos Outros
Outros aos Outros
Um@s as Um@s
Outros as Um@s
Um@s às Outras
Amemo-nos
Uns às Outras
Outras as Outras
Uns aos Uns
Outras aos Uns
Uns aos Outros
Amém!*

Um bom 2014 para tod@s nós!

*Guacira César de Oliveira é socióloga, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Articulação Feminista Marcosul (AFM).

Foto da capa: Manifestação em Recife/PE – Flávio Alves/PressEstadão



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@CFEMEA.org.br
Site: <http://www.CFEMEA.org.br>

Conselho Deliberativo:
Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Conselho Fiscal:
Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria,
Eneida Vinhaes Dultra,
Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão:
Guacira César de Oliveira, Mirla de Oliveira Maciel e Nina Madsen.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandez Cavalcante, Débora Vaz, Francisco Rodrigues,
Jolúzia Batista, Juliano Alessandro Lopes Barbosa, Leila Reboças,
Luana Natíelle Basílio, Masra Andrade, Mel Bleil Gallo
e Priscilla Caroline Brito.

Colaboradoras:
Alessandra Guerra, Carmen Silva, Jurema Werneck,
Jordana Branco, Nataraj Trinta e Rogéria Peixinho.

Jornalista Responsável:
Mel Bleil Gallo

Parcerias:
Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford, ONU Mulheres.

Apoio: FLOW - Funding Leadership and Opportunities for Women
Dutch Development Cooperation Ministry of Foreign Affairs

Projeto gráfico: Faro Brasil

Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão: Gráfica Brasil
Tiragem: 14.000 exemplares



Nós, manifestantes feministas!

Alessandra Guerra*

Era um dia de luta, último dia de jogo da Copa das Confederações, no Estádio do Castelão, em Fortaleza. A manifestação foi marcada para protestar contra os gastos absurdos em detrimento de tanta miséria que demarca o entorno do estádio.

Algumas de nós, das Tambores de Safo, com outr@s parceir@s, resolvemos que nossa resistência seria com arte e por isso levamos nossos instrumentos musicais. No meio da injustificada violência policial, das bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, nossa música era estímulo para não recuar, era a poesia do propósito.

Foi então que a polícia apareceu sorradeira por um caminho que não esperávamos. Não paramos de tocar, foi com o toque do agogô que mostramos para a polícia que nossos instrumentos não representavam ameaça alguma. A música parou quando, encurralad@s, jogamos os instrumentos no chão como se fossem armas, para então sermos covardemente violentad@s.

Depois de machucad@s – com socos, pontapés, jatos de spray de pimenta e violentos puxões de cabelo –, quatro pessoas do nosso grupo foram presas. Lila M, vocalista das Tambores de Safo, lésbica e negra, teve um dread arrancado e foi a única entre @s mais de cinquenta pres@s que esteve algemada. No meio da revolta e tristeza, nossa música nos fortaleceu:

“Tá caindo fulô, ta caindo fulô / Cai do Céu lá na terra / É tá caindo fulô / Lá na rua de baixo / Lá no fundo da horta / Se a polícia me prende ô lê lê / A rainha me solta”

Nós, feministas, sempre protestamos. E quando vimos as multidões nas ruas, trazendo pautas que nos contemplavam, muitas de nós nos extasiávamos com a possibilidade de que o poder da pressão e

resistência popular traria uma mudança profunda na sociedade. Não estávamos mais sozinhas, éramos uma multidão.

Foi duro constatar que além da humilhante ditadura e da absurda violência policial, nós mulheres ainda teremos que lutar pelo que sempre lutamos sozinhas: pelo fim da misoginia, pela liberdade de amar e pelo direito de ser. Que mundo é esse que essa multidão quer construir onde não há o mínimo respeito às diferenças?

Por que será que estátuas de gesso despedaçadas, fabricadas em série e compradas em uma lojinha no centro da cidade despertaram muito mais a comoção pública que a cusparada na cara que uma manifestante da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro levou de um “peregrino” da Jornada Mundial da Juventude? E por que chamam muito mais atenção do que as concretas ameaças de morte e estupro que as companheiras que organizaram a Marcha das Vadias sofrem até hoje?

Nós, mulheres, somos despedaçadas todos os dias, por esse estado machista, que criminaliza o aborto. Por essa igreja que nos queimou e nos cala por milênios. Somos despedaçadas por noss@s companheir@s, que se consideram don@s dos nossos corpos. Por transeuntes que se veem no direito de nos estuproar. Mas, infelizmente para as nossas lutas, ainda estamos sozinhas. Não é tão cômodo questionar as atitudes pessoais como é cômodo questionar políticos e suas políticas.

E seguimos nós, protestando dentro dos protestos, dentro das nossas casas e das nossas músicas. Não temos balas de borracha, mas voz. Nossas alfaías e estandartes são os nossos escudos.

**Alessandra Guerra é comunicadora, integrante do grupo de percussão feminista cearense Tambores de Safo e coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).*

AS JORNADAS DE JUNHO

e o novo cenário político brasileiro

Por Guacira César de Oliveira e Nina Madsen*

Não é recente nossa denúncia sobre o esfacelamento do sistema político brasileiro. Não é de agora a nossa demanda por uma reforma política profunda, capaz de romper com velhas e assentadas práticas políticas do país. Não são novidades nossos repetidos e insistentes alertas, sobre o preocupante crescimento e organização das forças conservadoras no Congresso Nacional. Há tempos vínhamos nos empenhando na resistência aos ataques fundamentalistas e nas tentativas de avanços em direção à reforma política, construída pela Plataforma dos Movimentos Sociais. Mas os esforços, ainda que intensos, pareciam ecoar cada vez menos.

Nossa avaliação do cenário político institucional brasileiro, até maio de 2013, era bastante pessimista. Considerava inevitável o avanço

da onda conservadora que tomou conta do Legislativo e do Executivo federais e se preocupava com o transbordamento desse fenômeno para os demais níveis da federação. Entendemos que, institucionalmente, poucas seriam, dali pra frente, nossas possibilidades de produzir mudanças capazes realmente de alterar o estado das coisas. E nos convencemos, definitivamente, de que a transformação somente poderia chegar quando a sociedade se inquietasse e se mobilizasse para produzi-la.

As Jornadas de Junho, portanto, foram um misto de alívio, surpresa e euforia. Elas anteciparam o que vislumbrávamos como inevitável, mas que nos colocava frente a um tremendo desafio — o de voltar a dialogar com a sociedade. Nossa luta dos últimos 25 anos por direitos e políticas para as mulheres tinha que se

reposicionar para ser capaz de entabular esse diálogo. As jornadas de junho forçaram esse movimento e nos jogaram nesse novo lugar.

O que mudou de lá pra cá? Primeiro, fortaleceu-se a certeza da cisão entre a sociedade brasileira e as instituições de nosso Estado. E não, não é apenas um problema com os governos o que está colocado. As multidões que foram às ruas em junho e que continuam a ir às ruas desde então, estão ecoando nossa insatisfação com a forma como nosso Estado está estruturado: em legislações ora ultrapassadas, ora não implementadas; com a sistemática violação de nossos direitos humanos, econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais; com um sistema político patrimonialista, patriarcal e racista, incapaz de garantir a representatividade democrática que deveria.

Mudou também a leitura sobre o grau de “satisfação” de nossa população com o atual estado de coisas. Noss@s polític@s mexeram-se nas cadeiras. Ficaram tens@s, preocupad@s, apavorad@s. Voltaram 30 anos na história e recorreram à repressão policial que jurou-se nunca mais repetir. O poder, até ali tão sólido, parece que se desmanchou no ar e nossos ilustres poderosos ficaram com medo.

E rapidamente responderam. Com mais repressão policial de um lado, e com uma agenda positiva e um conjunto de pactos nacionais de outro. A tarifa zero para o transporte público voltou às agendas governamentais, como se dela dependesse a contenção do terremoto.

Mudou o cenário também para os movimentos sociais. Nós, que há tanto tempo estamos nas ruas, nós que não dormíamos, mas que também fomos despertad@s pelas multidões. Nós também fomos surpreendid@s por elas. E nos cabe agora nos juntar a essas multidões, formar parte dessa pluralidade e dialogar para tentar construir o que queremos. Voltar às ruas e aos territórios, recuperar a concretude dos direitos, das lutas e dos sentidos políticos das transformações que queremos alcançar. Encontrar ativistas, debater e buscar nexos entre tantas e diferentes lutas.

As Jornadas de Junho trouxeram para as ruas formas vivas de fazer política. Uma nova estética, polifônica, sem palanque, nem carro de som. Mostraram a diversidade das lutas e a quantidade de gente que está interpelando o Estado e a sociedade, de formas muito diferentes das tradicionais: Cadê o Amarildo? Meu corpo, minhas regras! O corpo é meu, a cidade é nossa! Da Copa eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação! Tarifa Zero! Não são só R\$ 0,20! Abaixo o Estatuto do Nascituro! Não nos representam! Fora Feliciano! Fora Renan! Reforma Política já! Sem violência! Abaixo a corrupção!

A infinidade de frases, as palavras de desordem, as ações violentas e o mar de gente pelas ruas das cidades sinalizaram, indubitavelmente, a profundidade da crise da representação política, dos partidos, do sistema político, incapazes de vocalizar as demandas e processar os conflitos que @s manifestantes vêm apontando. A manipulação das grandes emissoras

de rádio e televisão foi posta a nu e elas próprias viraram alvo dos protestos, ao mesmo tempo em que as pessoas abriam outros caminhos para fazer fluir a informação que cada um produzia e se informar sobre como evoluía a onda de manifestações.

Abriu-se um leque enorme de protestos que, agora, têm o enorme desafio político de convergir e gerar um novo campo de atração, uma nova vibração, um novo ciclo democratizante. Será viável mobilizar forças libertárias, emancipatórias, solidárias, às vésperas de mais um ano eleitoral e da Copa do Mundo de Futebol? Quem sabe...

Neste momento queremos valorizar a resistência, a organização e a mobilização social de muitos e diversos coletivos e movimentos contra a ofensiva religiosa e fundamentalista anti-direitos. Contra a violência policial, a privatização e mercantilização da vida nas cidades, da natureza, dos bens comuns da

humanidade. Queremos jogar luzes na disposição de muita gente, sem trajetória anterior de participação, e destacar, em especial, a renovação do ativismo feminista, antirracista, contra os fundamentalismos religiosos e anticapitalista evidente nas manifestações.

Mas não podemos subestimar a capacidade do sistema político brasileiro de absorver e esterilizar novos sujeitos e forças políticas. Riscos há, sem dúvida. O vácuo institucional escancarado nas manifestações não será imediatamente preenchido por forças progressistas e transformadoras. As forças conservadoras, fundamentalistas e reacionárias estão aí, disputando todo e qualquer espaço. As Jornadas de Junho mudaram o cenário político no Brasil e nossa expectativa é de que possam mudar, também, nosso jeito de enfrentá-lo.

**Guacira César de Oliveira e Nina Madsen são sociólogas e integrantes do Colegiado de Gestão do CFEMEA.*



Caruaru/PE - Allan Walbert/EBC



Multidões nas ruas mudam a conjuntura do país

Carmen Silva*

Multidões tomaram as ruas das principais cidades brasileiras nos meses de junho e julho deste ano. Tudo começou em São Paulo, com a convocação do Movimento Passe Livre contra o aumento das passagens de transporte coletivo e se espalhou pelo Brasil como um rastilho de pólvora ou um viral na rede. Inúmeras convocações, com e sem movimentos organizados, fizeram o povo brasileiro ganhar as ruas e expressar um sem número de reivindicações. Mas quem eram essas pessoas? Por que, de repente, foram às ruas? Em que resultou tudo isso? Que desafios ficaram para nós, do movimento feminista, a partir desta experiência? Eu não tenho respostas. Muit@s estão tentando analisar este fenômeno e aqui vou apenas levantar mais uma opinião.

Uma frase pintada a pinceladas de tinta em um grande círculo de papelão prendeu meu olhar na manifestação gigante e multifacetada do dia 20 de junho, que percorreu as ruas do Recife: *Insatisfação coletiva do coletivo Brasil*. Pela diversidade de cartazes feito à mão e a miríade de proposições que foram capazes de trazer à tona, eu não poderia negar o grau de insatisfação coletiva que as passeatas mostraram. Mas seria o Brasil um “coletivo” que as expressava? Certamente não. Por mais que a mídia tenha tentado classificar o fenômeno e classificar os manifestantes contrapondo os “pacíficos, ordeiros e legítimos” – que seriam majoritários

– aos “vândalos, inconsequentes e ilegítimos” – que seriam minoritários –, nem assim conseguiu, suficientemente, fixar nos corações e mentes de tod@s a mensagem fortemente ideológica “o gigante acordou”. Muita gente sabe que nem todo mundo estava dormindo.

Não. Não somos um coletivo, no sentido em que isso nos dê uma unidade de propósito. E também não somos um povo cordial, que reage sempre dentro da ordem. Somos, o Brasil, muito mais que isso. As manifestações indicaram distintas insatisfações porque delas participaram setores sociais com diferentes necessidades, interesses e visões de mundo. Alguns, integrantes de movimentos sociais ou mobilizáveis a partir de suas causas, expressavam distintas reivindicações ligadas à políticas públicas de transporte, educação e saúde. Exigiam reconhecimentos para modos de vida próprios. Enfrentavam as tentativas ultraconservadoras de novas legislações impeditivas da liberdade sexual e autonomia reprodutiva, sintetizadas na rejeição ao deputado federal Marcos Feliciano. Denunciavam os gastos públicos com as obras em preparação dos grandes eventos esportivos, frente ao caos presente na vida urbana.

Outros manifestantes foram mobilizados a partir da insatisfação difusa a certas prioridades do governo federal relacionadas ao enfrentamento da pobreza, além de uma visão moral contra a corrupção



Ouro Preto/MG - Eliseu Damasceno



São Paulo/SP - Marcelo Camargo/ABr

— porém vista de forma ahistórica e utilizada ideologicamente contra os sujeitos políticos da esquerda em geral e não especificamente contra os segmentos corrompidos e os corruptores na cena política atual. Outros, ainda, aderiram ao apelo midiático para a festa cívica (sic) aproveitada para tentar construir na opinião pública posicionamentos contrários ao governo Dilma.

Apesar de tudo, foi muito bom ver, nas ruas, reivindicações que estavam sendo arduamente trabalhadas pelos movimentos sociais para ganhar adesão na sociedade há alguns anos, como a repulsa ao projeto do Estatuto do Nascituro e a crítica às obras da Copa do Mundo. Foi muito bom vê-las ganharem força popular nas mãos de muita gente que não está cotidianamente na organização dos movimentos a elas correspondentes. Apesar de tudo, temos certeza de que sopram novos ventos na conjuntura. Embora as respostas do governo federal aos protestos e mobilizações tenha sido pífia, e as do Congresso Nacional sejam de quase total antagonismo com as vozes críticas das ruas, as coisas na cena política brasileira não são mais as mesmas.

Muitos protestos locais ocorreram e seguem ocorrendo em torno das mais variadas causas: frentes de luta por transporte público saíram fortalecidas e conseguiram negociações com os governos estaduais; no

Congresso, a cura gay foi engavetada; o movimento sindical paralisou os locais de trabalho contra a PEC da terceirização; o governo federal entrou com o programa Mais Médicos que dá indicativos de bons resultados na saúde pública dos municípios mais abandonados e também no enfrentamento ideológico ao racismo e elitismo sem limites, demonstrado por amplos setores da categoria médica neste embate.

De tudo, ficaram para mim duas ideias geradoras. Protestos, manifestações e movimentos sociais voltaram a ter legitimidade pública na sociedade brasileira e a participação política nas ruas coloca em xeque a forma tradicional de fazer política. Me refiro à política de gabinetes calcada em fortes coalizões, que exclui os interesses populares e de enfrentamento ao racismo e ao sexismo e, também, aos mecanismos de democracia participativa que se retroalimentam sem dialogar com as demandas dos movimentos sociais na sua área de atuação. Fica além disso o desafio de ganharmos cada vez mais apoio social para uma reforma do sistema político ampla, democrática e participativa, capaz de gerar condições para a paridade na política.

**Carmen Silva é educadora do SOS Corpo (Recife - PE), integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Articulação de Mulheres Brasileiras.*



Rio de Janeiro/RJ - Fabio/Midia Ninja



Rio de Janeiro/RJ - Fernando Fração/ABr



Nosso desafio é permanecer nas ruas

Jurema Werneck*

Um

“É a hora do gol!”, foi o que disse a ativista feminista sobre as manifestações de rua. O momento em que todo o trabalho de crítica, formação e mobilização se transformou em demanda social explícita, em forma e conteúdo, com a mesma importância do gol para o atacante, o time e a torcida. E talvez seja isso mesmo.

A impressão foi que demorou demais: há cerca de um ano, ouvi de outra ativista negra feminista: “este país está em chamas!” Com a expressão, ela buscava sintetizar o quadro amplo e diverso de violações de direitos humanos no Brasil, com diferentes segmentos sociais expressando, em comum, a indignação diante da desmesura do desenvolvimentismo governamental (e sua aliança com o mercado).

Eram indígenas, quilombolas, ribeirinhos, favelados, mulheres rurais e urbanas, negras e não negras, religiosos de matriz africana, jovens negros e não negros, lésbicas, gays, travestis e transexuais, favelados e desalojados urbanos e rurais violentados pelos interesses de expansão das empresas (de energia, do agronegócio, da especulação imobiliária e outras). Denunciando o recrudescimento do racismo que impedia o acesso a direitos básicos, ao mesmo tempo em que tornava a vida de jovens negras e negros radicalmente vulnerável. Apontando o caráter pernicioso dos ataques à laicidade do Estado.

Eram diferentes organizações denunciando a violência física e simbólica cotidianas, contra o que não encontravam qualquer medida governamental ou estatal de proteção e reparação. Denunciando a invasão militar das favelas, a retomada da limpeza racial e étnica dos centros urbanos. Expondo a violação de seu direito à cultura e buscando liberdade de expressão, de luta, de existência.

Muit@s ocuparam a internet, os salões, as ruas e campos abertos e foram perseguid@s, atacad@s. Muit@s não receberam apoio (ou apoios suficientes) do restante da sociedade. Diante da imobilidade de outr@s, vivíamos a ansiedade e a insatisfação pela demora de chegar a hora do não profundo, da ruptura necessária, do basta.

Dois

Quem não se lembra? Um ano, um mês, um dia antes de junho, se dizia que o melhor já havia chegado ou estava chegando. Maracanã e outros estádios novos ou quase. Nova classe média bombando em consumo e autoestima. Governos com aprovação alta. Redução das desigualdades, erradicação da miséria, reconhecimento da

diversidade - racial, étnica, de identidade de gênero, de geração, entre outras - e ações afirmativas em pleno vigor. Havíamos vencido disputas internacionais, até contra os Estados Unidos, e trouxemos para casa a Copa e as Olimpíadas! Melhor não poderia ser.

Será que nos faltava argumentos? Será que víamos o que ninguém mais via?

Aí veio junho e seu gol.

Três

E tudo mudou de repente, como o gol muda tudo. Mudou o ritmo, mudou o tempo, mudou o humor. Demorou, mas chegou. Bem-vind@s! Afinal, era o que esperávamos, era pelo que trabalhamos tanto tempo e (quase) não vinha, (quase) não acontecia.

Aconteceu: a revolta iluminou as ruas. Iluminando, nelas, as novas juventudes. Vieram e impuseram sua presença, seu protagonismo, sua raiva. O Sakamoto notou rápido: o facebook e o twitter saíram às ruas. E, junto, a alegria de (re)descobrir que havia razões porque lutar, que havia vontade de fazer tudo mudar, que havia gente lutando.



São Paulo/SP - Marcelo Camargo/ABR

Achei bonito ver naqueles rostos a descoberta do prazer da luta, que transforma a raiva em aprendizado de utopias. De uma utopia que se queria concreta, palpável, sensorial – saltar do espaço virtual para as ruas impunha a centralidade do corpo e seus encontros. Foi o que vi: o corpo, muitos corpos, em sua vontade de expansão. Sorrir, gritar, gesticular, quebrar, empurrar, correr, saltar.

Não havia rostos, não havia siglas, não havia nomes. Ou: os nomes eram Anonymous, Ninjas, Black Blocs, Gigantes, Amarildos, ninguém, todomundo... Pareciam ter saltado direto das histórias em quadrinho para as ruas, sem líderes. Ou: eram muitos os líderes, cada qual convocando suas tribos. E não havia bandeira. Ou: era uma confluência de lutas. Era a multiplicidade. A (des)ordem. A nova ordem! O país estava novamente em chamas – e era o fogo que gera, que aquece, que incendeia o caldeirão da mudança...

Quatro

Não há garantias de que a mudança irá além do que já mudamos. Falta reconhecer o protagonismo de sujeitos coletivos subordinados, suas realidades, suas críticas e lutas que nos trouxeram até as ruas. Falta desmascarar os proprietários das mídias sociais, eles próprios agentes da mercantilização dos corpos, da vida. Falta ampliar as redes sociais de carne e osso, face a face. Falta aprofundar o desejo e a forma do futuro próximo. Falta questionar as técnicas de luta em que a encenação da violência tem mais importância do que o confronto à violência real que levou Amarildo, que levou Celso Figueiredo Guarani Kaiowá, que leva tantas mulheres que confrontam a violência de seus homens, que torna as noites de travestis, transexuais, lésbicas e gays um pesadelo, e que faz da vida de negras e negros de todas as idades um desafio a cada segundo. Estetizar a violência não é suficiente para alterar este quadro. Falta muito. Mas falta menos.

Reconheçamos: até aqui, a conjuntura mudou. A visão de país mudou, a visão da luta mudou. Mudou também a forma de fazer: o tempo dos seminários, das capacitações, das reuniões passou. Agora é rua. E é outra rua. No lugar dos carros, as manifestações. No lugar de transeuntes, marchas e mobilizações. A rua fez contraponto ao shopping, o múltiplo fez contraponto ao único, a revolta deslocou o conformismo, o sujeito foi substituído pelo(s) grande(s) coletivo(s). A interatividade midiática cedeu lugar à ação direta. Os grandes temas ganharam concretude, lugar: o corpo, suas necessidades, sua insatisfação. O corpo, de novo, é meio e mensagem – que anuncia o tempo da ideologia encarnada, da palavra de ordem que é conduta, realidade palpável, audível, sensível, saboreável.

O jogo não acabou, agora é o segundo tempo.

Cinco

Estamos desafiadas a seguir lutando, agora renovadas. Novas vontades, novas fórmulas. Nosso desafio é aprender com as ruas, é aprender a ensinar às ruas, com todo mundo que luta, todas as gerações, todas as causas. Nos encontramos nas ruas e é preciso reconhecer e acolher quem encontramos nelas. É preciso devolver ao público o que



a mercantilização sequestrou. Mobilidade, lazer, encontro, abrigo, luta política e ideologia.

A rua pode voltar a ser o já que foi: fronteira entre individualidades e, ao mesmo tempo, espaço de trocas. Lugar onde a diferença – as tantas identidades – deve ser o motor da unidade não hierárquica. Unidade que precisa ser, antes de tudo, temporária, fluida, de ocasião, ponto de partida para novas diversidades, novos encontros.

Seis

O espaço público está em disputa novamente. Se olharmos para as ruas vamos ver que todos se apresentaram para disputar: lá estão todas as forças, as conservadoras, as conformistas, e as forças da mudança. Este é o momento de fazer escolhas, pois a generosidade do espaço público reivindica uma etiqueta explícita. É preciso que a etiqueta das ruas advogue inclusão e mobilidade dos múltiplos; que preserve as criatividade, buscando também criar a língua comum do diálogo que entende o conflito e o supera, a partir do respeito e da responsabilidade. Que persiga o projeto de sociedade enunciado: uma sociedade multicêntrica e, necessariamente, maior que o Estado. Que prescindida das polícias e dos dogmas. Cujo imperativo seja, como parecem querer dizer as ruas, lutar sempre.

Ocupamos as ruas. Nosso desafio agora é permanecer nelas.

**Jurema Werneck é médica, diretora da ONG Criola (RJ) e coordenadora da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB).*



Rio de Janeiro/RJ - Zulmeir Rocha

Mobilizações de Junho: da invisibilidade para o mundo

Sair do invisível trabalho de formiguinha para um bombardeio midiático com poucos precedentes no Brasil. Essa foi a realidade de muitos movimentos que há bastante tempo estavam nas ruas e, mesmo assim, também se surpreenderam com o tal gigante que pareceu ter acordado. Mas, para jogar esse balde de água fria na sociedade, muita gente teve que ajudar a enchê-lo. Nessa entrevista, Maria Paiva Lins - na voz de várias mulheres - conta um pouco da história do Movimento Passe Livre do Distrito Federal, atuante na origem de alguns dos primeiros protestos de 2013, e que, há anos, luta de forma autônoma e criativa pelo direito à cidade e por outro projeto de sociedade.

Por Mel Bleil Gallo*

Fêmea: Como começaram os protestos de junho? Qual o papel do Movimento Passe Livre nesse processo?

Maria Paiva Lins: Bom, o MPL não começou agora. Ele surgiu depois da Revolta do Buzu, que rolou em Salvador, em 2003, contra o aumento das tarifas. Foi quando o debate sobre direito à cidade ficou evidente. Daí no Fórum Social Mundial de 2004, nós conseguimos nos articular com outras cidades e, em 2005, já tinha o MPL no Distrito Federal. Desde o início a gente sempre se apegou muito aos princípios autônomos de independência e horizontalidade e, naquele ano, ocupamos o DFTrans contra o aumento da passagem. O governo e os empresários não sabiam como lidar, porque era a primeira vez que havia um movimento organizado sobre isso. Até então não se falava em transporte como um direito, como saúde e educação. Mas em janeiro de 2006 eles decretaram o aumento. Seria a tarifa mais cara de todas. Nós passamos três meses lutando pela revogação

e não conseguimos. Mas hoje a gente percebe que foi uma vitória, todo o trabalho de base: desde então, nunca mais houve aumento na passagem no DF. E também avançamos com a aprovação do Passe Livre estudantil, apesar de ainda não ser irrestrito e ilimitado e estar longe da Tarifa Zero, pela qual a gente luta hoje. Mas, esse ano, em outros estados, a ameaça era de aumento da tarifa e essa foi uma das razões que começou a chamar a galera pras ruas.

Fêmea: E qual a diferença entre as manifestações dos outros anos - que mobilizaram muito menos pessoas - e essas, que juntaram dezenas de milhares?

MPL: Acho que o fato de São Paulo ser um centro político, econômico e cultural gerou um certo bombardeio midiático. Eles já tinham tido jornadas de luta contra o aumento da tarifa em 2007, 2011 e, agora, já estavam se organizando desde antes do dia 15 de junho. Já existia um imaginário de lutas na cidade, também. Até

que, no dia 15, houve uma explosão, com mais de dez mil pessoas nas ruas. O governo não sabia como lidar e resolveu partir pra cima, com a polícia, como já tinha feito várias outras vezes. Só que hoje a grande mídia não tem mais o controle da informação como anos atrás, quando podia chamar todo mundo de vândalo e inventar uma versão da história. Agora, o acesso à informação é muito mais democratizado, com a internet. Tinha toda aquela gente lá, vivendo aquilo, vendo a reação desproporcional da polícia e compartilhando tudo nas redes sociais. Chegou um momento em que aquele cenário ficou incontível e a mídia teve que mudar o discurso de uma forma absurda, muito evidente.

Fêmea: A partir daí a mídia contribuiu para as manifestações? Como ficou essa relação?

MPL: Quando a mídia começou a apoiar o movimento, ela passou a esvaziar a pauta de lutas e tentou transformar toda a nossa

agenda, que tinha um caráter crítico e anti-capitalista, em um movimento contra a corrupção. Toda a pauta ficou muito dissolvida, no momento em que tudo virou luta. Muitas pessoas começaram a ir para as ruas pela primeira vez e boa parte das vezes nem sabiam porque estavam lá. Aconteceram coisas muito estranhas e algumas pessoas começaram a pensar, inclusive, que se tornaria um movimento de direita.

Fêmea: Mas será que essa massificação não foi fruto de uma insatisfação política maior, apesar de ter vozes muito diferentes?

MPL: Acho que existia sim uma raiva, uma insatisfação generalizada, inclusive contra o governo, o Congresso Nacional, algumas empresas. A mobilização com certeza não tinha a ver só com a pauta do transporte. Mas para mim ficou inegável que a estratégia da mídia era esvaziar a pauta e fazer com que aquilo fosse sobre todos os problemas do mundo e não sobre um problema específico, que pudesse ser enfrentado concretamente, pelo qual a gente pudesse responsabilizar alguém. O rechaço que eu sentia nas ruas era algo menos elaborado, uma coisa meio “todo mundo é corrupto e a política é ruim”. Sem contar também com a galera que queria ir para botar no facebook, porque era legal.

Fêmea: Mas, por outro lado, foi bom ver gente que nunca tinha se manifestado ir às ruas pela primeira vez? A sociedade passou a enxergar os movimentos de outra forma?

MPL: Com certeza! O discurso não era mais “aqueles vagabundos fecharam as ruas”, ninguém mais concordaria com isso. Fora que ninguém de nós começou a atuar politicamente da forma certa. E que bom que não: a gente aprendeu muito nesse processo. Mesmo quem chegou mais despolitizado teve a chance de pensar sobre aquilo. A rua ensina muita coisa, inclusive pra quem vai com as pretensões mais patrióticas, supostamente do bem. Depois que você entra na porrada com a polícia pela primeira vez, tem um choque de realidade, sabe? Você sempre achou que a polícia tava lá para te proteger e, de repente, leva um pau porque tava gritando “mais amor”. Nessas horas, você começa a questionar certas coisas.

Fêmea: A ação da polícia foi muito marcante nas manifestações, né?

MPL: Foi mesmo. Na verdade, a reação policial foi fundamental para a mobilização. Ela não foi tão diferente de outros momentos que a gente já viveu, mas a visibilidade que ela teve foi inédita e as pessoas viram um lado da polícia que elas não conheciam, até então.

Era um lado que só tava nas favelas, na periferia, ou contra os próprios movimentos sociais, mas longe das câmeras.

Fêmea: E isso também gerou um debate sobre violência mais amplo, não só sobre a PM, mas sobre a tática adotada por alguns movimentos. O que vocês pensam sobre isso?

MPL: O uso da violência realmente não é consenso, para os movimentos. A mídia saca isso e usa para criminalizar todo mundo, dizendo que “são um bando de vândalos”, com argumentos legalistas. O problema é que esse debate – sobre o que é ou não radicalidade – também não é muito feito nos movimentos sociais. O MPL nunca fez um discurso em defesa do vandalismo, dizendo “bora quebrar o baú”, até porque não é estratégico. Mas a gente entende que violência não é isso. Violência é o aumento da passagem, é tirar dinheiro da comida da população, para o empresário ficar mais rico. Na verdade é o sistema que é todo violento. É radical pular catraca? Tacar fogo no ônibus? Ocupar uma terra improdutiva? Esse discurso é extremamente moralista, é uma defesa da propriedade privada como se fosse sagrada. Quem você tá atingindo, quando joga uma pedra no Congresso Nacional? O que você quer dizer, quando destrói uma loja do McDonalds?



Rio de Janeiro/RJ - rударici.blogspot.com.br

“As ruas foram um espaço pedagógico. As pessoas conseguiram visualizar a importância da luta feminista, que muitas vezes é desqualificada dentro dos próprios movimentos. As mulheres conseguiram ser ouvidas e dizer que aquelas bandeiras eram importantes.”

Fêmea: E como fica o diálogo com os movimentos que não apoiam essa forma de agir?

MPL: Essa coisa que estão chamando de vandalismo não é um princípio, é uma tática. E, como tática, não pode ser moralmente condenável. Em alguns momentos é válida, em outros não. Rolam as duas idealizações. De um lado, quem condena diz que a propriedade privada é sagrada, que tem que entregar “os vândalos” para a polícia. E, do outro, tem gente que acha que todo tipo de confronto e quebra-quebra é um ganho político, mas também não é assim. O que a gente precisa entender é que para alguns grupos nunca vai ser válido e para outros sempre vai ser. Mas a manifestação é um conjunto de táticas e a gente vai ter que respeitar a tática do companheiro, saber quem são os inimigos e não criminalizar quem tá do nosso lado.

Fêmea: E o diálogo sobre diferentes pautas, especialmente com o movimento feminista. Teve espaço para isso, nas manifestações?

MPL: Essa é uma pergunta complicada. Acho que houve pouca problematização dos casos de violência policial contra as mulheres, por exemplo, que é um tema que poderia ter avançado. Na verdade, acho que o movimento feminista no geral já vinha com uma discussão de pautas e uma atuação que estava

meio invisível e que talvez tenha ficado ainda mais invisível nas manifestações. Tinha o processo contra o Feliciano, as Marchas das Vadias, mas na hora das ruas, acho que a gente não conseguiu avançar muito. As pessoas não incorporaram a legalização do aborto e o combate ao Estatuto do Nascituro como se fossem questões que realmente atingissem. Essas questões ficaram ocultas. A denúncia dos gastos nos estádios – por exemplo – que era algo irreversível, na prática, ficou muito mais marcada.

Por outro lado, dentro dos movimentos mais tradicionais deu para perceber um amadurecimento da discussão sobre os direitos sexuais. E é algo complexo, porque geralmente nesses movimentos, como MST e MTST, a questão religiosa é muito forte e há uma dificuldade de avançar em certos debates. Mas o encontro nas ruas favoreceu o diálogo e, agora, cabe às feministas qualificar o debate e não deixar o momento se perder.

Fêmea: Esse debate avançou a partir da ida das feministas às ruas ou pelas mulheres dos próprios movimentos?

MPL: Como tinha muita coisa sendo discutida e a necessidade de os movimentos mais à esquerda sentarem junto, para construir, eles começaram a olhar para esses temas e

abrir espaço para o debate. As ruas foram um espaço pedagógico. As pessoas conseguiram visualizar a importância da luta feminista, que muitas vezes é desqualificada dentro dos próprios movimentos. As mulheres conseguiram ser ouvidas e dizer que aquelas bandeiras eram importantes. Apesar de ter setoriais de mulheres, esses movimentos não costumavam participar das Marchas das Vadias, coletivamente, por exemplo. Mas eles tinham de um lado movimentos contra a corrupção, pela volta dos militares e, de outro, gente defendendo a legalização do aborto, contra o estatuto do nascituro. E tinham que tomar um lado. Acho que a gente avançou.

Fêmea: E como continuar avançando?

MPL: Tem uma coisa muito fundamental que é saber voltar para o invisível. Hoje o MPL tem maturidade suficiente para não entrar em crise. A gente sabe lidar com o visível e o invisível nos movimentos sociais. Como diz o subcomandante Marcos, do movimento zapatista, a história não se faz só nas grandes praças, tem todo um trabalho invisível que é o que possibilita que essas coisas explodam, que realmente transformam a sociedade. Agora é o momento de voltar para o trabalho de base e para a organização popular. Saber capitalizar isso tudo em termos de organização real das pessoas, em torno de uma pauta concreta. Às vezes o movimento dá aquela encolhida, aquele refluxo, mas o saldo se dá mesmo no dia a dia, na luta para construir alternativas.

**Mel Bleil Gallo é jornalista e assessora de comunicação política do CFEMEA.*





Brasília/DF - Valter Campanato/ABr

QUAL FOI A REAÇÃO do Congresso

ÀS MANIFESTAÇÕES?

Por Jolúzia Batista*

Muita gente foi às ruas em busca de uma mudança efetiva, mas será que isso aconteceu?

A reação do Congresso às manifestações não correspondeu à urgência e intensidade das ruas. Podemos avaliar que foi a reação necessária para não se colocar mais lenha na fogueira. A resposta veio na medida do interesse das principais forças que hoje estão organizadas no Congresso. Uma reação tímida e comedida, na perspectiva de atender as demandas sem apresentar maiores riscos ao cenário montado para as eleições de 2014. O maior exemplo foi o resultado do debate sobre a Reforma Política, que resultou numa minirreforma eleitoral, milimetricamente guiada para a manutenção dos que lá já estão. A proposta aprovada piorou o cenário das eleições, dificultando a possibilidade de democratização e renovação parlamentar, a partir das candidaturas menores.

A reação mais imediata (e duradoura) do Congresso foram as várias medidas instauradas

do ponto de vista da segurança, na intenção deliberada de filtrar e conter a presença dos movimentos sociais no Congresso Nacional. Estão proibidas faixas e cartazes, e está limitada a entrada de pessoas interessadas em acompanhar os debates de determinadas questões. Cadeados, portas fechadas com correntes, alas de acesso restrito e segurança ostensiva, realizada pelas polícias militar, federal e legislativa.

PROJETOS QUE AVANÇARAM

Contudo, os principais partidos ligados aos movimentos de juventude e pressionados por estes, encontraram neste contexto uma boa oportunidade para desengavetar projetos esquecidos nas comissões, como por exemplo: Estatuto da Juventude e o projeto de Lei do Passe-Livre Estudantil.



Rio de Janeiro/RJ - Fernando Frazão/ABr

ESTATUTO DA JUVENTUDE: Impulsionado pelas manifestações das ruas, o Projeto de Lei Nº 4.529/2004, que tratava do estatuto da juventude, tramitou rapidamente na casa, transformando-se, na lei ordinária Nº 12.852/2013, sancionada pela presidenta em agosto deste ano. O PL estabelece direitos para jovens entre 15 e 29 anos. Entre os principais pontos da nova lei estão: criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), e o estabelecimento de princípios e diretrizes para as políticas públicas. Criação da meia-entrada em eventos culturais e esportivos, à exceção, no entanto, da COPA 2014 e das Olimpíadas, reguladas pela Lei Geral da Copa. Foi vetado o artigo 11, que estabelecia meia-passagem para todos os estudantes até 29 anos. Foi mantida a reserva de duas cadeiras gratuitas para transporte interestadual, por ordem de chegada. A nova lei estabelece também a criação de conselhos estaduais e municipais de juventude.

PROJETO DE LEI 79/2011: Cria o Programa Nacional de Passe-Livre Estudantil, que beneficiará com isenção total do pagamento do transporte público coletivo, alunos do ensino público e privado. Desengavetada no calor das ruas, teve parecer favorável à aprovação na Comissão de Viação e Transporte da Câmara. O último despacho ocorreu na Comissão de Educação e Cultura, restando outras duas comissões para sua aprovação final.

Brasília/DF - Valter Campanato/ABr



PROJETOS QUE CAÍRAM

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO-PDC Nº 234: conhecido como “Cura Gay”, que previa tratamento para homossexualidade, autorizando psicólogos a realizarem práticas terapêuticas neste sentido. Extremamente polêmico, este projeto foi alvo de grande rechaço nas manifestações, o que pressionou a Bancada Evangélica a retirá-lo estrategicamente da pauta, impedindo que fosse derrubado pelo voto no Plenário da Câmara. A Bancada Conservadora prometeu trazê-lo de volta à Câmara após as eleições de 2014, quando preveem maioria na casa.

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37: Em novembro de 2012, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à constituição nº37/11, que restringia o poder de investigação do ministério público. Vista pelo judiciário como a “PEC da impunidade”, ela foi aplaudida pelos setores da segurança pública como a “PEC da legalidade”. A rejeição a esta PEC ganhou força nas ruas, uma vez que a proposta representava o enfraquecimento do combate à corrupção. Em 25 de junho, a PEC foi posta em votação, e rejeitada com 430 votos.

Brasília/DF - Valter Campanato/ABr



A AGENDA PRAGMÁTICA DO EXECUTIVO:

Em 24 de junho, a presidenta Dilma anunciou em rede nacional cinco pontos de um pacto nacional em atendimento às manifestações:

Responsabilidade Fiscal: O primeiro pacto apresentado pela presidenta foi por responsabilidade fiscal, estabilidade da economia e controle da inflação. Segundo a presidenta, o pacto pela preservação dos fundamentos da economia “é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial ainda castiga as nações”.¹

Saúde: O plenário do Senado aprovou, no dia 16 de outubro, o Projeto de Lei de Conversão 26/2013, que trata da medida provisória 621/2013 que criou o Programa Mais Médicos. No dia 22 do mesmo mês, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Mais Médicos, que encaminha a contratação de profissionais brasileiros e estrangeiros para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) em regiões com déficit de atendimento, como periferias de grandes cidades, municípios do interior e regiões isoladas.

Transporte: A reivindicação da redução das tarifas do transporte coletivo foi o gatilho da onda de protestos. O Plano Nacional de Mobilidade Urbana foi redirecionado para privilegiar o transporte coletivo.

Brasília/DF - Antonio Cruz/ABr



1 Com informações de Agência Brasil de Comunicação.



Educação: Considerado prioridade para o governo, o PL 323/2007, foi votado na madrugada de 26 de junho, no calor das manifestações. A tramitação deste PL ocorreu sob regime de urgência constitucional, e deliberou sob o uso dos recursos dos royalties e do Fundo Social do Pré-Sal, 75% para a educação e 25% para a saúde. A nova proposta, votada em forma de substitutivo ao PL 323/2007, alia o uso do Capital do Fundo em pelo menos 15 anos, após este período serão gastos os rendimentos do Fundo. O volume de recursos aprovados é de 2 bilhões em 2014, e 4 bilhões em 2015.

Reforma Política: reais mudanças no sistema político, que pudessem democratizar a representação política, combater a corrupção e a má versação dos recursos públicos, possibilitando maior transparência na gestão pública, foram o imperativo das ruas.

O governo, em atendimento a estas reivindicações e tensionado pela pressão popular, fez um esforço político e incluiu a pauta da reforma política entre os cinco pontos do pacto apresentado à sociedade brasileira, assumindo publicamente a proposta de realização de um plebiscito para que a população pudesse decidir os rumos do processo. No entanto, esta proposta foi rejeitada no Congresso Nacional,

na própria base governista, em uma disputa polarizada entre PT e PMDB. O resultado foi compatível com a qualidade da representação política que temos hoje na Câmara, em que predominam os interesses fisiológicos da política. Os deputados não quiseram arriscar perder o domínio sobre o cenário eleitoral para 2014, e a minirreforma eleitoral enfatiza o quadro atual de desigualdades na disputa, privilegiando os atuais mandatos, restringindo a possibilidade de eleição de novas candidaturas.

Segundo as novas regras do jogo, a propaganda eleitoral está proibida de ser veiculada por meio de faixas, placas, cartazes ou bandeiras em residências e locais de particulares. Em locais públicos, como postes de iluminação e viadutos, também foi vetada qualquer propaganda eleitoral. Será limitada a contratação de cabos eleitorais e o uso de recursos como alimentação e combustível; cavaletes com propagandas em vias públicas estarão proibidos, pintura de muros de imóveis e o chamado “envelopamento” de carros particulares. Se pensarmos bem, algumas dessas novas regras afetam diretamente as candidaturas menores, que são precisamente o caso da maioria das candidaturas de mulheres e, especialmente, das candidaturas de mulheres feministas.

Em 2014, voltar a esquentar as ruas!

Depois da efervescência de junho e julho, vivenciamos mobilizações contundentes e importantes. A dos professor@s, no Rio de Janeiro, e a dos povos indígenas, em Brasília, ambas entre setembro e outubro. A repressão foi, outra vez, uma marca forte. Para 2014, ano de eleições e de Copa do Mundo, a expectativa é de que as ruas voltem a ferver.

E não será por menos. Um estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) ainda em elaboração indica, por meio de avaliações preliminares, que a composição atual do Legislativo pode sofrer renovação de 61% em 2014. Representantes de grandes bancadas apoiadas por setores econômicos fortes, como a dos evangélicos, do empresariado e dos ruralistas, preparam-se para voltar ampliadas na próxima legislatura.

Para impedir que sigamos rumo ao conservadorismo, as ruas terão que ser tomadas novamente, e com mais força, em 2014. Será preciso manter-nos acordad@s, atent@s e fortes para enfrentar o que ainda está por vir.

**Jolúzia Batista é Socióloga e Assessora Parlamentar do Cfemea.*

São Paulo/SP - Marcelo Camargo/ABR



Marcha das Vadias: autonomia dos corpos e estado laico

Jordanna Branco, Nataraj Trinta e Rogéria Peixinho*

Reclamar contra o estupro e o aumento de casos de violência contra mulheres negras, indígenas, lésbicas, travestis, transexuais é justíssimo, mas usar como nome do protesto o termo “vadias”, ah... aí é demais!

Em um país onde ser “o galinha” é ser “o garanhão”, enquanto ser “a galinha” é ser vadia; onde ser o aventureiro é sinal de bravura e audácia, já ser a aventureira...! Onde estar putu é ficar irritado, mas ser puta já “são outros quinhentos”... Já não era sem tempo perguntar: seriam roupas (ou ausência delas), comportamentos e escolhas afetivas indícios suficientes para respeitar algumas mulheres e violentar moralmente e fisicamente outras?

Infelizmente, para muita gente, a resposta é sim. De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em 2012 houve um aumento de 23% nos casos de estupro registrados em delegacias do estado. Foram cerca de 16 casos por dia, contra 13 ocorrências diárias em 2011. Apesar disso, este ano assistimos ao governador Sérgio Cabral minimizar a frequência deste tipo de crime, após dois casos de estupro ganharem repercussão na mídia (um deles por envolver uma turista estrangeira).

Na contramão das ações públicas estaduais da “cidade maravilhosa”, pelo terceiro ano consecutivo um grupo de cidadãos foi às ruas reivindicar o fim da violência sexual, sobretudo o estupro. O grupo é uma reunião de pessoas que, de maneira autônoma, se autodenomina Marcha das Vadias. De modo irreverente, essas agentes buscam dialogar com a sociedade afirmando que nossos corpos não são um insulto, nem muito menos um convite à violação.

A organização do evento-passeata – e muitas das pessoas que compuseram a marcha no dia 27 de julho deste ano – reafirmaram a igualdade de direitos humanos e a não-discriminação aos indivíduos e grupos de todas as cores, formatos e classes sociais.

Mas, como ter de fato relações sociopolíticas mais igualitárias e justas? Quando se fala de questões relacionadas aos direitos sexuais e

a moral coletiva, um dos caminhos é a efetivação do Estado Laico. As políticas públicas devem ser feitas sem a influência da religião, ou seja, não se deve impor a toda sociedade a tutela moral daquele ou desse grupo religioso. As ações públicas, normas legais, devem ter como principal objetivo beneficiar a sociedade como um todo, se pautando na igualdade entre os cidadãos e cidadãs, no respeito à pluralidade e na imparcialidade diante dos preceitos e dogmas das diferentes crenças.

Assim, não se pode, nem se deve, permitir que o Estado seja usado como instrumento por grupos religiosos para a regulação da tutela moral da sociedade. Cada um dos cidadãos tem o direito de decidir sobre seus corpos. Não pertencendo esses corpos a nenhuma religião ou ao Estado, mas a cada um dos sujeitos portadores de direitos e deveres, dentro de um pacto social que respeite os direitos humanos e os contratos possíveis de tolerância e respeitabilidade no espaço público.

Outro ponto relevante é o que diz respeito aos recursos públicos. Em nome da garantia dos direitos fundamentais – dentre eles a liberdade de crença, de consciências e de religião – a Constituição Federal de 1988 veda a união, os estados, os municípios e o Distrito Federal de estabelecerem cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma de lei ou colaboração pública. O dinheiro público deve ser revertido para uma sociedade que seja capaz de amar, como se não houvesse religiões.

Sem pretendermos ser “donas da verdade”, de modo ecumênico e democrático estamos nas ruas, levantamos bandeiras, sugerimos respostas e incitamos o debate. Peitos desnudos para nós é pouco, pois nossa luta é demonstrar – de burca ou de shortinho – que com o nosso corpo, voz e respeito se luta por justiça!

*Jordanna Branco, Nataraj Trinta e Rogéria Peixinho, integrantes da organização da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro.